



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

# Anais

## III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte  
24 a 28 de maio de 2004

---

Realização:



## Conferência

### Atuação da Fundação Odebrecht

***Tânia Almeida***

Fundação Odebrecht

Boa tarde a todos. Prof<sup>a</sup>. Vera e Prof Osvaldo, estou duplamente feliz hoje. Primeiro, por retornar a Belo Horizonte e de novo a participar deste evento, como em 1999, e ver que a PUC continua trabalhando a questão da inclusão. Foi uma das Universidades pioneiras a trabalhar essa questão no meio acadêmico. E segundo, porque é uma oportunidade de trazer à PUC uma efetiva experiência de inclusão.

Sempre me debati no período em que trabalhei com portadores de deficiência, como iríamos trabalhar e discutir a inclusão quando estávamos falando em inclusão. Para o portador de deficiência apenas e para os técnicos, profissionais e a família desses portadores, girávamos em torno desses segmentos, não saíamos desse grupo e não conseguíamos fazer a inclusão. Ficavam as pregações, as críticas, as atitudes por vezes extremamente contrárias, desfavoráveis a essas propostas e, no entanto, estávamos sempre girando dentro do mesmo círculo. Sempre pensei que trabalhar inclusão era trabalhar com todos. Era sair desse mundo, no caso, sair desse mundo do portador de deficiência que foi um dos primeiros grupos a falar em inclusão. Hoje todos os demais grupos chamados grupos vulneráveis falam também.

Como pensar, como trabalhar isso? Como fazer com que isso realmente acontecesse? Como trabalhar com o portador de deficiência incluindo-o ele numa coisa muito importante que é esse mundo do trabalho.

Como fazer com que o portador de deficiência participasse efetivamente do mundo do trabalho, se nós, que trabalhávamos com eles, nem sequer sabíamos como é esse mundo do trabalho. Esta experiência que estamos tendo, onde começa a inclusão das esferas administrativas de governo, onde temos o governo federal, o governo estadual, os

governos municipais junto com a iniciativa privada e junto com as organizações do 3º Setor, começa aí a inclusão.

Trabalhar com esses parceiros, com esses atores e trabalhar com uma participação efetiva da comunidade foi o depoimento de todos os meus colegas aqui neste trabalho. Para entender o que é inclusão, precisei primeiro saber o que era lá no nosso caso a mandioca. Quando eles falavam: Manipueira vai poluir o lençol freático, eu me perguntava do que estávamos falando. Precisei entender, precisei visitar casa de farinha para saber o que estava acontecendo lá. Das condições de higiene à condições de trabalho lá de dentro. Onde tínhamos trabalho escravo, onde não existia relação de trabalho, onde existe uma exploração, onde não se tem horário, onde não se recebe quase nada e onde sempre quem trabalha ali está sempre devendo a alguém. Então íamos a essas casas, criança trabalhando, mulheres trabalhando em sua grande maioria e crianças, muitas vezes, se tornando deficientes por trabalharem ali, de repente com um facão enorme, corta um braço, corta um dedo é coisa freqüente, idosos sendo explorados. Então essa realidade, como mudar? E como pensar em trabalho em realidade, como pensar nesse mundo inclusivo?

Onde possa haver toda uma diversidade e onde essa diversidade, que sabemos melhor do que ninguém, é que enriquece este mundo, enriquece as nossas experiências. Começamos este trabalho desenvolvendo o capital social naquela região, região do baixo-sul da Bahia, em 2002. O programa que levamos para lá foi baseado numa experiência do governo federal, chamado Balcão de Direitos. Esse programa teve por base a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que no artigo 1º diz: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Com base também na Constituição Brasileira, que no artigo 1º coloca que a cidadania, como um dos fundamentos do Estado democrático, garante também a participação direta da sociedade, criando instrumentos de consulta popular de participação de conselhos propositivos e de fiscalização.

Embasado também no direito alternativo, temos esse direito não positivista, segundo o qual os novos operadores do direito são comprometidos com a mudança social, o que faz de seu labor uma luta constante em prol de transformações estruturais no seio da

sociedade, buscando alterar as relações de poder nela existentes, com o objetivo de combater a miséria, promover a liberdade e a igualdade material, fortalecendo a democracia. E baseado ainda no direito, no chamado direito achado na rua: só é legítimo esse direito achado na rua porque visa a efetuar conquistas democráticas para edificar uma sociedade mais igualitária e, conseqüentemente, mais justa.

Esse novo direito é construído tendo como base os valores morais de solidariedade, respeito à vida humana, alteridade, participação coletiva, ética, a justiça e o bem comum. Um direito que é aplicado a todos e não a alguns, podendo contribuir com a criação que hoje se convencionou chamar capital social, quer dizer, criar entre nós uma sociedade de confiança. Foi criado o Instituto de Direito e Cidadania, que, dessa forma, garante que as pessoas sejam protagonistas na construção de sua cidadania, mediante o acesso democrático à justiça, superando as condições de exclusão social.

No âmbito de sua missão, o Instituto também desenvolverá ações visando à garantia de acesso à justiça, de promoção da igualdade e da defesa dos direitos e combate à violência intrafamiliar e doméstica e dos grupos vulneráveis, em especial criança e adolescente, mulher, idoso, portador de deficiência, afro - descendentes e homossexuais. Aqui está nossa macro- estrutura que vocês observam que é a mesma de todos os programas similares, e que mostra também por que nossos programas são inclusivos. Eles são inclusivos porque:

- têm a participação da comunidade;
- contam com a solidariedade, a cooperação e a parceria;
- são concebidos para ter sustentabilidade;
- apresentam metas e indicadores que permitem uma avaliação com a participação da sociedade e dos instituidores;
- têm transparência não só nas contas como também nas intenções;

Nas contas o Maurício Madeiros mostrou a participação da Price WH de todos os nossos programas. Nas intenções, eles todos são discutidos com a comunidade. A comunidade faz parte dos programas, a comunidade é a dona dos programas. Ela é que vai nos dizer o que quer, o que precisa e de que forma deve ser desenvolvido. A primeira condição de inclusão social pressupõe a existência civil. Se não houver esta, não haverá a inclusão

social, de modo que a pessoa não poderá participar das políticas públicas, da vida econômica, política e social. Como é que nós começamos este trabalho? E aí retoma o que coloquei, que todos os nossos programas demandam dessa comunidade.

Foi a partir de uma pesquisa realizada na região do baixo-sul, onde foi constatado que 20% das pessoas não possuíam documentação civil básica, os conflitos existentes eram resolvidos com base na violência. A justiça na região, e em grande parte do nosso país, era extremamente burocrática, ineficiente, morosa, e é comum acontecer que pessoas que tinham um processo judicial acabavam morrendo e esse processo não era julgado. Cerca de 80% das pessoas não tinham títulos de posse de seus bens. Famílias que tinham direito à rede de proteção social não faziam parte dela. Não eram incluídas porque não tinham a coisa primeira, que era a sua documentação. Isso vocês devem ler sempre na imprensa dizendo que os programas de inclusão na rede social do governo não são desenvolvidos adequadamente e que as pessoas não tem documentos e não podem ser incluídas nessa rede. E essa era uma realidade da nossa região. Os pescadores não recebiam o salário mínimo a que têm direito.... e, conseqüentemente, tinham que continuar pescando para ter seu sustento.

Como mudar essa realidade? Foi a questão discutida dentro da fundação. Como contribuir para mudar a realidade que essa pesquisa estava nos apresentando? Um dos pilares para a mudança dessa realidade é o exercício dos direitos e da cidadania. Mas esse exercício é efetivamente na prática. Como vamos transmitir essas informações e como vamos discutir o exercício dessas informações por essas comunidades? A Fundação, sabedora de que não se pode falar em desenvolvimento econômico sem falar, ao mesmo tempo, em desenvolvimento jurídico, e que este passa necessariamente na valorização da cidadania, e das relações que entre si as pessoas do povo criam e recriam, buscando produzir e reproduzir suas vidas, propôs desenvolver nessa região o programa, à época apenas um programa, chamado Balcão de Direitos.

Esse programa tem por objetivo permitir à população o acesso à documentação civil básica, a justiça de forma democrática, a resolução pacífica de conflitos por meio de uso de técnicas de mediação e conciliação, a programas de transferência de renda, a titulação das propriedades rurais e urbanas, que a grande maioria desses agricultores que o Luciano Bonaccini citou, a que o Marcelo Abranches se referiu, não são os proprietários

de suas terras, não têm o título de propriedade de suas terras, a regularização dos pequenos e micro-negócios, as informações sobre orientação de deveres e direitos, ações de combate à discriminação e de inclusão social. Também foi criado um programa de fortalecimento dos conselhos de direitos.

Como é que essa população vai participar de suas decisões? se organizando, por meio deste instrumento que a nossa Constituição de 88 apresentou, que são os conselhos de direitos. Então foram apoiadas as implantações de conselhos municipais, de fundos municipais, capacitação de lideranças comunitárias, capacitação de jovens protagonistas para fazerem parte desses conselhos. Foram desenvolvidas campanhas educativas, participamos da campanha nacional do registro de nascimento, campanha da paternidade que está em desenvolvimento agora, campanha paz no trânsito, campanha de combate à prostituição infantil, e campanha contra a violência da mulher. Essas duas primeiras já realizadas e as outras planejadas para serem desenvolvidas no decorrer deste e do próximo ano.

As estratégias utilizadas e que estão sendo utilizadas para o desenvolvimento deste programa: Primeiro, a cooperação técnica e financeira com as prefeituras municipais da região do baixo-sul; parceria com o governo federal, estadual, tribunal de justiça e empresas privadas; envolvimento, comprometimento e motivação das forças vivas da comunidade para que se tornem seus a missão e os objetivos deste programa: e apoio às comunidades para que se tornem seus a missão e os objetivos deste programa e apoio às comunidades para conquistarem os meios necessários à execução e sucesso de suas ações no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Quanto aos resultados que nós já alcançamos com este programa, uma das unidades começou em novembro de 2002, a segunda unidade começou em novembro de 2003 e a unidade itinerante neste início de 2004. Então, relacionados ao programa fortalecimento dos conselhos: foram implantados conselhos municipais em Taperoá, instituído o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente em Tancredo Neves: evidentemente isso se devem aos apoios que o programa deu para que acontecesse. Os outros municípios já dispunham de conselhos. Foram capacitados conselheiros nos onze municípios, lideranças comunitárias capacitadas também nos nesses municípios e trezentos jovens protagonistas capacitados para o exercício dos direitos humanos e da cidadania. A

campanha da paternidade foi lançada em 7 de maio de 2004 e tem por objetivos conscientizar os homens a respeito dos deveres inerentes à paternidade, reduzir a incidência de designações discriminatórias referentes à filiação, em cumprimento ao artigo 1.596 do Código Civil. Quer dizer, essa campanha pressupõe todo um trabalho de mediação para que, efetivamente, esse pai assumira seu filho e essa família passe a integrar e a ser beneficiada pela ação pai e filhos. A campanha nacional do registro de nascimento, a que aderimos, foi uma campanha nacional, e a gente brinca muito com essa foto aqui, dizendo que essa criança os pais levaram para o registro de nascimento para mostrar que ela existia mesmo, é um testemunho da existência dessa criança. Para registrar uma criança não precisa levar ao cartório, aqui eles fizeram questão de levar a criança para mostrar a existência dela.

Com relação à parte de acesso a documentação e ao programa Balcão de Direitos, que começou em outubro de 2002, temos duas unidades, uma em Taperoá e outra em Tancredo Neves, unidades fixas, e uma unidade itinerante que atua por terra ou nos estuários daquela região. Na unidade de Taperoá, onde temos uma população de 15.933 pessoas, nós realizamos, neste período, 18.750 atendimentos. Então por aí vocês vêem a carência que a população tem de acesso à justiça e de acesso a esses programas sociais. Foram entregues, em Taperoá, 6.073 documentos, variando desde identidade, registro de nascimento, título, carteira do trabalho, certificado de reservista, enfim todos esses documentos civis. Foram realizadas 31 conciliações, como resultado de um convênio com o Tribunal de Justiça; quanto menor o número de ações judiciais e maior o número de conciliações, aí estaremos cumprindo o nosso papel. Assim 979 orientações jurídicas, 13 ações judiciais e 11.662 pessoas receberam informações e orientações sociais. Na unidade de Tancredo Neves, que começou o atendimento no ano passado, aqui vocês vêem as filas de atendimento que enfrentávamos no início do trabalho; é um município com uma população de 19.404 habitantes e, esses dados são até abril de 2004, 7.328 atendimentos. Também foram entregues 3.597 documentos, 8 conciliações realizadas, 199 orientações jurídicas, 96 ações judiciais, 3.428 informações.

Eu chamo a atenção aqui para as ações judiciais principalmente para não parecer que haja uma incoerência, quando falei que quanto menor o número de ações judiciais e maior o número de mediações de conciliações, nós estaríamos cumprindo as nossas metas. Acontece que as ações judiciais que ocorreram nesse município foram

essencialmente casos de nomes escritos errado nas certidões de nascimento e datas de nascimento equivocadas. Então foram ações para essas correções, que são, nesses casos, obrigatórias, para homologação do Juiz. Aqui, uma fila num dia que estávamos com o Tribunal Regional Eleitoral fazendo títulos de eleitor; outra característica desse dia foi que as pessoas desses municípios que estamos trabalhando passaram a se conscientizar de que no caso dos documentos, em especial do título de eleitor, cada qual podia ir sozinho fazer esse documento. Não precisava ser acompanhado por nenhum político. Então você começa a trabalhar toda essa questão de cidadania e toda essa questão da importância e da relação que ele deve ter com seus representantes e como é que ele deve escolher seus representantes. Não por uma troca: eu levo, você tira o título, e em troca você vota em mim.

Aqui nossas unidades itinerantes começaram o trabalho pelas duas comunidades quilombolas que temos lá na região, às quais o Guilherme Valadares se referiu. E aí vocês vêem todo este trabalho integrado. Porque nós começamos por essas comunidades? Por que exatamente o Guilherme Valadares nos colocou, a OCT nos colocou, a existência dessas comunidades e a demanda que essa comunidade tinha por documentos, começamos esse trabalho lá, é uma comunidade que tem uma população de 305 habitantes, e num dia foram atendidas 146 pessoas. As demais ações da unidade itinerante incluem Jatimaina e Boitaraca, que são comunidades quilombolas. As demais são ilhas ou comunidades rebeirinhas de difícil acesso e que já tiveram seus atendimentos. São comunidades pequenas, então do início do ano até agora já fizemos 1.678 atendimentos.

Bom, essa é uma forma como temos trabalho a inclusão e, em especial, com esse grupo de portadores de deficiências, temos trabalhado muito, orientando quanto ao salário mínimo de benefício a que eles têm direito. Assim também com o idoso, trabalhando grupo de idosos, trabalhando Estatuto do Idoso e facilitando para o idoso o acesso ao benefício que eles a têm direito.

Com este trabalho esperamos que, em curto espaço de tempo, essa seja uma região onde poderemos dizer: todos têm documentos, todos têm seus bens regularizados, todos estão instrumentalizados para participarem, efetivamente, da vida e do desenvolvimento de nosso país.